

PRESENÇA DE CENTRAIS E SINDICATOS NO MERCADO FINANCEIRO: CRIAÇÃO E GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÃO

*Maria A. Chaves JARDIM**

RESUMO: O texto aborda o interesse de sindicatos e centrais sindicais pela criação e gestão de fundos de pensão no Brasil, durante o governo Lula, apontando as justificativas e crenças criadas pelos sindicalistas engajados nessa estratégia. Conclui que até o momento atual (fim do governo Lula), os fundos sindicais não foram efetivamente consolidados pelo governo, mas que sindicalistas ocupam postos-chaves no mercado financeiro e na gestão de fundos de pensão de patrocínio público, tais como Previ e Petros, influenciando direta e indiretamente nas configurações precisas do capitalismo contemporâneo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Fundos de pensão. Sindicatos e sindicalistas. Governo Lula. Economia social.

Introdução

O mapeamento empírico aponta que sindicatos brasileiros dos setores bancários, eletricitários, telefônicos, petroleiros e alguns segmentos metalúrgicos, bem como dirigentes das três grandes centrais sindicais do país (CUT, CGT e FS) passaram a reivindicar a criação de previdência privada para seus associados e, sobretudo, a participação ativa nos conselhos dos fundos. Assim, tentam estender o mandato de representação dos empregados na empresa para os fundos de pensão, colocando-se como legítimos representantes e defensores da poupança dos trabalhadores. Os sindicalistas (sobretudo da CUT) deixam de responder

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – majardim@yahoo.com.br

simplesmente “não” às propostas do mercado, e passam a considerar a possibilidade de unir interesses que até então pareciam antagônicos. Dessa maneira, começam a associar o papel de sindicalistas à responsabilidade financeira, além da já conhecida responsabilidade de representação trabalhista.

Lembramos que os sindicatos dos anos 1960 e 1970 ofereciam “serviços” a seus membros, tais como de dentista, barbeiro, cabeleireiro, dentre outros. É possível relacionar a postura sindical contemporânea com a desses períodos. Contudo, essa homologia deve guardar as devidas proporções, uma vez que os sindicatos contemporâneos se organizam para oferecer benefícios que vão além das pequenas necessidades domésticas, ou seja, tentam participar do oferecimento de benefícios de caráter financeiro, que é a aposentadoria, via fundos de pensão. Contudo, mesmo com essa possível homologia, o interesse de sindicatos por previdência privada é uma estratégia inovadora.

O que chama a atenção dessa diretriz é o seu caráter inédito. Extrapolando o tripé clássico da ação sindical – salário, condições de trabalho e redução da jornada de trabalho –, o movimento sindical (ou parte dele) busca unificar os sindicatos em torno da administração responsável da disputada poupança dos fundos de pensão, tendo a preocupação com a “moralização” do capital, a desigualdade social e com investimentos éticos e de responsabilidade social. Concretamente, a CUT defende a criação de um fundo de pensão para os servidores do Estado e também a criação de fundos de pensão geridos pelas centrais sindicais. Da mesma forma, a CUT defende a participação de sindicalistas nos conselhos dos fundos de pensão¹ de patrocínio público. O objetivo é vigiar e controlar, não somente a (sagrada) poupança dos trabalhadores, mas também (e, sobretudo), busca influenciar nas tomadas de decisões do capitalismo brasileiro.

O objetivo do Governo é que os planos fechados de previdência complementar sejam incluídos nas convenções coletivas das categorias. As duas maiores centrais sindicais do país, a CUT e a Força Sindical, já aderiram aos fundos de pensão. É possível que nessas centrais exista oposição interna à política de fundos de pensão. Sobre o tema, a CONLUTAS se coloca contra o projeto de previdência privada. A justificativa é a defesa da previdência pública, bem como evitar que os trabalhadores cotistas dos fundos se tornem os “exploradores dos trabalhadores”. Portanto, exceto críticas pontuais, como a da CONLUTAS, o que se evidencia é o interesse consensual dos sindicatos por planos de previdência, os quais serão negociados em dissídios coletivos. A CUT, a Força Sindical e a CGT estão interessadas nesse mercado que movimenta um valor equivalente a 17,5% do PIB.

¹ A lei complementar 109/2001 autoriza a participação de representantes dos trabalhadores no conselho deliberativo do fundo de pensão. O conselho deliberativo e o conselho fiscal são de grande importância.

Contextualizamos que as centrais sindicais brasileiras seguem inspirações internacionais: da parte francesa, as centrais CFDT, CFTC, CGE-CGC e FO, criaram em 1967 o Prefon, fundo de pensão de caráter complementar direcionado aos funcionários públicos; desde 2001, algumas dessas centrais lutam pelo sistema de *épargne salariale*, que é um tipo de fundos de pensão gerido pelos sindicatos; do lado norte-americano, as centrais, sobretudo a AFL-Cio luta para ter acesso aos comitês de gestão dos fundos de pensão; finalmente, os sindicatos do Canadá trabalham efetivamente na gestão da poupança dos trabalhadores, incorporando valores éticos, ambientais e de sustentabilidade no investimento dessas poupanças.

No Brasil, dentre as centrais que passaram a defender o envolvimento com fundos de pensão, a presença da CUT é o elemento mais instigante, por tratar-se de uma central que historicamente demarcou uma postura crítica em relação ao mercado. O Quadro I sugere uma possível evolução histórica/mudança cognitiva que representa o interesse sindical por fundos de pensão de 1970 até 2010. Observe.

Quadro 1 – Evolução do pensamento sindical sobre fundos de pensão

Período	Atuação sindical	Justificativa
Anos de 1970	Com a criação do INPS e a unificação dos IAPs em torno deste, no ano de 1966, os sindicatos foram excluídos da gestão da previdência social; Os fundos de pensão surgem em 1977 e não despertam interesse imediato dos sindicatos.	A seguridade social é vista pela perspectiva da previdência social, criada em 1923 e em favor da qual o movimento sindical sempre atuou.
Anos de 1980	Postura crítica em relação aos recém-criados fundos de pensão.	FP vistos como “venda ideológica” dos sindicatos.
1º Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998)	1ºs iniciativas do sindicato dos Bancários SP (eventos, discussões);	FP vistos como um possível campo de atuação sindical; Preocupação com corrupção e falência envolvendo os fundos.

Período	Atuação sindical	Justificativa
2º Governo Fernando Henrique Cardoso (1999/ 2002)	<p>Ex-sindicalistas do setor bancário (Berzoini/Gushiken) levam o debate para o Congresso; criação da lei 108/109/2001;</p> <p>Sector de FP apoia a candidatura de Lula em 2002.</p> <p>2001: votação da lei que autoriza a criação e a gestão de fundos de pensão sindicais</p>	<p>Necessidade de ampliar o mercado de FP e de possibilitar a criação/gestão FP via sindicato.</p> <p>Congressistas do PT fazem <i>lobbying</i> para a votação das leis 108 e 109 de 2001</p>
1º Governo Lula (2003/2006)	<p>CUT, FS e CGT: adesão e difusão do tema junto aos sindicatos;</p> <p>FP acoplado à responsabilidade social e à governança corporativa.</p> <p>Regulamentação da lei de criação e gestão de FP sindical votada no governo Cardoso</p> <p>Ex-sindicalistas são eleitos/indicados para direção de fundos de pensão de empresas públicas (PREVI, Petros, etc)</p>	<p>FP como instrumento de inclusão social e luta contra financeirização/ bandeira de sindicalização/estratégia de luta.</p>
2º Governo Lula (2007/2010)	<p>Aliança entre o setor de fundos de pensão e o setor de <i>private equity</i>, por intermédio do BNDES.</p> <p>Investimentos dos fundos de pensão em projetos do PPP, do PAC (infraestrutura, energia, ambiente, etc) em que a rentabilidade é menor do que o investimento na Bolsa de Valores</p>	<p>Aliança da elite de fundos de pensão, de <i>private equity</i>, da elite política e industrial em nome de um projeto de integração nacional (economia social)</p> <p>Fundos de pensão como guardiões da economia nacional.</p>

Fonte: dados da pesquisa

A aproximação entre sindicalistas e mercado financeiro representa uma nova variável na história do sindicalismo brasileiro, ou seja, uma nova natureza na relação capital/trabalho, já que as centrais sindicais e sindicatos sempre estiveram presentes em toda a história da previdência social, desde suas origens, em 1923, posicionando-se na defesa do modelo de repartição e dos direitos trabalhistas (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986). Tradicionalmente, a ação sindical se restringe às reivindicações junto aos empregadores nas três esferas de exploração do trabalho, a saber, salário, jornada de trabalho e condições de trabalho.

Sobre o interesse dos sindicatos por fundo de pensão, uma das entrevistadas declarou:

Você tem duas alternativas, ou você não entra para debater e você deixa que o banco faça a sua política, ou você entra na discussão. (Entrevistada do Sindicato dos Bancários de Campinas).

Importante frisar que no novo contexto, os sindicatos defendem o modelo de contribuição definida, cujo modelo poderia ser visto, provisoriamente, como a negação do modelo de repartição.

Para justificar sua presença no mercado financeiro, os sindicalistas se apoiam em argumentos que vão além daquelas da ordem econômica. A construção faz parte do novo espírito do capitalismo. Buscaremos demonstrar, a seguir, como se constrói o novo espírito do capitalismo, via fundos de pensão.

Justificativa política, social e moral

Esse item mostra os argumentos de cunho político, social, moral e simbólico utilizado pelos sindicalistas visando justificar seu interesse por fundos de pensão e/ou mercado financeiro. Para tanto, utilizamos documentos oriundos de cursos ministrados pela CUT. Nesses, observam-se os primeiros argumentos sindicais acerca da temática, e a construção da crença da gestão dos fundos de pensão. Além disso, esse material constitui instrumento de “difusão ideológica” junto aos dirigentes de fundos sindicais sobre a temática. Segundo um entrevistado, mais de um mil sindicalistas faz o curso por ano, os quais têm o objetivo de difundir essa “ideologia” na base sindical em que atuam.

Inicialmente, o documento da CUT insere uma justificativa sobre o porquê, durante tanto tempo, os sindicatos não se interessaram por fundos de pensão. Observe.

O setor de previdência complementar do Brasil, por muito tempo, ficou basicamente restrito a empresas públicas e seus trabalhadores e as lideranças sindicais se mantiveram totalmente distantes das discussões mais importantes e totalmente afastadas do controle estratégico desses fundos, uma vez que as próprias características dos fundos, que eram complementares à previdência social traziam grande tranquilidade aos trabalhadores, o que, por sua vez, gerava alto grau de passividade entre eles e suas lideranças. Ainda que em muitos fundos os participantes contassem com dirigentes eleitos em seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, a ação política por eles desenvolvida também sempre se pautou pela timidez e pouca organicidade. (CUT, 2002, p.105-106).

Em texto escrito pelo professor Reinaldo Gonçalves (UFRJ) e pelo então Deputado Federal, Luiz Gushiken, a passividade dos sindicatos em relação aos fundos foi justificada pelo fato que os sindicatos estavam focados na luta pela previdência pública, que cobria grande contingente dos trabalhadores. Nesse sentido, os sindicatos entendiam que a previdência complementar era direcionada somente aos funcionários de empresas estatais, e que as empresas estatais não constituíam objeto de reflexão dos sindicatos e centrais, que estavam mais envolvidos com as lutas do setor privado (GONÇALVES; GUSHIKEN, 2003).

O documento analisado aponta a mudança de comportamento sindical, que passa a ver nos fundos uma forma de bandeira de negociação. O texto defende que com o processo de privatização das estatais e a consolidação do sistema de fundos de pensão, os sindicatos foram obrigados a se interessar pelos fundos de pensão, com o objetivo de proteção (de corrupção) das sagradas poupanças dos trabalhadores. Nessa perspectiva, os fundos de pensão tornaram-se um objeto de reflexão política por parte dos sindicatos, que passaram a investir na temática.

O entrevistado da ABRAPP ilustra, com o depoimento a seguir, essa mudança de postura e de mentalidade do movimento sindical. Os fundos de pensão passam a ser vistos com uma estratégia de luta trabalhista.

Já houve resistência por parte dos fundos de pensão especialmente nas décadas de 1980 e 1990, quando líderes sindicais mais à esquerda viam nos fundos de pensão, de modo geral, um instrumento da privatização da Previdência Social. Hoje, compreende-se claramente que a previdência complementar é um duplo benefício para o trabalhador, na medida em que não apenas assegura uma renda maior na previdência, como fortalece a poupança interna e, conseqüentemente, os investimentos, e assim, contribui para a criação de empregos. (Informante da ABRAPP).

Um dos entrevistados defende que a corrupção dos fundos nos anos de 1960 e 1970, como na CAPEMI e nos montepios, foi a motivação inicial para os sindicatos se interessarem por fundos de pensão; posteriormente, o sindicato passou a ser “seduzido” pelo montante de dinheiro movimentado pelos fundos. O informante relata os primeiros atos sindicais em relação aos fundos de pensão.

Os sindicatos viam a massa de recursos, que era direito do trabalhador [...] a “caixa preta” foi despertando a consciência dos sindicatos pela poupança [...] daí, começou a entrar na agenda dos sindicatos a partir dos dissídios. Com discurso de transparência e participação, os trabalhadores, representados pelos sindicatos, foram empurrados para abrir a “caixa preta” dos fundos e fiscalizar o dinheiro do trabalhador. (Informante Previg, ex-estatal).

O entrevistado pontuou o poder de sedução dos fundos de pensão, já que pela primeira vez os trabalhadores podem sair da condição primeira de assalariados. Além de ganhos econômicos reais, o trabalhador terá condições de influenciar diretamente os destinos do capitalismo.

Já que decidir 1% de um fundo é milhares de vezes sua remuneração anual [a remuneração do trabalhador], imagina o poder de sedução dos participantes. É um mecanismo de cooptação muito forte; o trabalhador sai da sua condição de assalariado. (Informante Previg, ex-estatal).

O entrevistado do fundo de pensão da CESP declarou que, a partir de 1990-93, os sindicatos passaram a militar em favor dos trabalhadores com a bandeira dos fundos de pensão. Segundo o entrevistado, até 1995 o trabalhador pouco participava dos fundos. Anteriormente a esta data, “o movimento sindical via com maus-olhos o dinheiro dos fundos”, pois achava que este refletia uma “venda ideológica”, mas o sindicato foi adaptando suas estratégias de lutas ao contexto.

O livro, *Fundos de Pensão em Debate* (2002), organizado por Adacir Reis², para divulgar o mercado dos fundos, traz artigos de diversos atores sociais engajados na construção da crença acerca dos fundos de pensão. Nesse, Reis (2002, p.202) esclarece:

A agenda dos sindicatos não só passou a incluir demanda por novos planos previdenciários, como também a exigir maior transparência e participação na

² Esse livro antecede as eleições de 2002, ou seja, neste momento não estava configurado o momento político do país. Reis tornou-se o secretário de previdência complementar do primeiro governo Lula.

gestão dos planos existentes. Conciliar os interesses dos participantes com as necessidades de financiamento da atividade produtiva tem sido outra preocupação das legislações modernas.

Como mostram os depoimentos ao longo do texto, os sindicalistas passaram a acreditar no “casamento” capital/trabalho. O provérbio popular “*Se você não pode destruir seu inimigo, junte-se a ele*”, tornou-se a máxima do período.

No contexto analisado, a presença de sindicalista na Bolsa de Valores e a aproximação com o mercado financeiro são vistos de forma positiva pelos nossos informantes. Os sindicalistas pontuam que mesmo que o sindicato não exerça influência direta, somente a presença sindical no mercado já pode trazer novos equilíbrios nas relações de força. “Você não derrubou o sistema, [...] você tem tantos interesses representados lá dentro, então, por que não? O sindicalista lá dentro [Bolsa de Valores, mercado financeiro] vai bater e falar “espera aí, que isso aqui também tem a ver com a sociedade.” (Informante da Banesprev).

Outro entrevistado defende que “[...] enquanto os fundos existirem e eles forem criados independentes do trabalhador, os sindicatos têm a obrigação de acompanhar a base, para exigir algo do capitalismo moderno [...] não dá para ser ideologicamente contra.” (Informante Previg, ex-estatal). Em seu depoimento, compara as empresas patrocinadoras como “sócios invisíveis” que contribuem mensalmente na conta individual do trabalhador. Para ele, aí reside a sedução dos fundos: “[...] a empresa cria a conta, você deposita uma parte e o “sócio invisível deposita outra parte”, mas é você que resgata sozinho [...] São sedutores os fundos patrocinados.” (Informante Previg, ex-estatal).

Da parte da Força Sindical, também existe um movimento nessa direção. O sindicalista da Força acredita num diálogo sem assimetrias entre capital e trabalho, já que o objetivo de ambos, tanto o capital, quanto o trabalho, é o crescimento do país. Observe seu depoimento.

A relação capital e trabalho é uma equação que tem de ser resolvida de forma razoável e de participações que sejam idênticas, não adianta o capital querer achar que é mais importante que o trabalho e vice versa, os dois têm a sua relevância e tem a sua importância, mas se não tiverem voltados para as suas questões básicas do crescimento do país, que é diminuir essas diferenças absurdas que temos, realmente nós vamos ficar patinando, e na medida que estamos falando a língua da busca do crescimento, a empresa pode ter lucro, mas vai ter que gerar emprego, vai ter que dar benefício para o trabalhador. (Informante da Força Sindical).

Outro entrevistado abordou a nova “visão de mundo” da “esquerda”³ brasileira, que passou a defender o diálogo entre mercado e trabalho. “Foi-se o tempo que a esquerda achava que o mercado financeiro era bicho papão, hoje a gente conversa. Eu estou vendo em todas as centrais desde a mais de esquerda até a mais da direita.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas/ligado à CUT).

Observe o depoimento do entrevistado da Força Sindical.

Antigamente a Bolsa de Valores era vista como um capital selvagem, como uma atitude maléfica, hoje nós já percebemos de outro jeito, inclusive o Presidente da Bolsa é uma pessoa que tem feito conosco ações sociais, a relação da Bolsa de Valores, Força Sindical, Forçaprev e de todos os trabalhadores, é muito bem vinda. (Informante da Força Sindical).

Como podemos ver, os entrevistados compartilham os mesmos argumentos. Ambos pontuam a mudança de convenção social junto aos sindicalistas.

Nesse contexto, os fundos também são vistos pelos sindicatos como nova forma de gestão política. Agregados aos tradicionais instrumentos de luta, os sindicatos acreditam que os fundos podem outorgar-lhes (seus legítimos representantes) condições morais plenas e legitimidade política para interferirem em seus processos de controle e de aplicação.

Nesse sentido, os sindicalistas que se interessam por fundos de pensão pontuam a necessidade de administrar o capitalismo por meio de conceitos sociais, de inserir “valores modernos”. Afinal, “[...] se você não faz o socialismo, tem que administrar as coisas dentro do capitalismo.” (Informante do Banesprev). Como valores modernos, os entrevistados citaram a crença em torno da ideia de sustentabilidade social, responsabilidade social, investimentos éticos e respeito às minorias. Esses valores argumentam no sentido da construção de um capitalismo via fundos de pensão, importante na construção de uma “economia social”.

Na documentação analisada, é possível encontrar uma clara ênfase na ideia de “moralização” do capitalismo. A regulação e o controle sob o mercado ajudariam a evitar a vulnerabilidade deste. Portanto, por meio da gestão dos fundos de pensão, os sindicalistas seriam capazes de exercer o controle e a regulação dos mercados, contribuindo por moralizar o capitalismo. A construção em torno da temática ilustra que os fundos de pensão assumem importância estratégica na luta contra o processo de financeirização da economia mundial, cuja financeirização tem nos fundos de pensão seu principal ator.

³ A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

No seu conjunto, os dados empíricos apontam em direção a uma crença de luta contra o capitalismo, utilizando as próprias armas do mercado: “Eu particularmente penso que é super positivo o sindicato dialogar com o mercado financeiro e tentar se infiltrar, porque os tempos mudaram, porque nós estamos em outro momento da história.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas/ligado à CUT).

De acordo com Luc Boltanski e Eve Chiapello (1999), é possível sugerir que as justificativas constituem o novo espírito do capitalismo, ou seja, a nova ideologia que justifica o engajamento no capitalismo. Para os autores, o espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ações e as disposições coerentes com elas. Essas justificativas, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtudes ou de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e a adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista.

Nesse sentido, as justificativas devem basear-se em argumentos suficientemente robustos para serem aceitos como pacíficos por um número bastante grande de pessoas, de tal forma que seja possível superar ou barrar o niilismo, não somente sobre aqueles que por essa ordem são oprimidos, mas aqueles que têm a incumbência de mantê-la e de transmitir seus valores por meio da educação. Essas justificativas devem sensibilizar o engajamento de atores sociais em direção à formação de lucro, em direção ao capitalismo. Portanto, o capitalismo deve ter condições de dar às pessoas a garantia de uma segurança mínima, por isso é elemento crucial na mobilização ideológica mundial de todas as forças produtivas.

Os autores argumentam que a inserção no processo capitalista carece de justificativas, tanto para os capitalistas, quanto para os assalariados. Como vimos, além da reconversão dos sindicalistas em direção ao mercado financeiro, existe um trabalho simbólico, por parte dos sindicalistas, de construção de justificativas de legitimidade em torno dos fundos de pensão, o novo espírito do capitalismo.

Parte do processo, os sindicalistas defendem uma nova relação entre capital e trabalho. A documentação produzida pela CUT faz apelo emocional aos sindicatos e aponta que a poupança dos trabalhadores pode se tornar uma arma contra os próprios trabalhadores, se não for adequadamente administrada. Logo, os sindicalistas gestores exerceriam o papel de protetores, de guardiães das sagradas poupanças dos trabalhadores. Os sindicalistas e centrais sindicais passam a ver nos fundos de pensão uma nova estratégia de luta.

Um entrevistado do Sindicato de Campinas vê no diálogo com o mercado financeiro uma possibilidade para os sindicatos saírem da crise. Observe.

O que eu estou querendo defender é que os sindicatos não estão em crise. Na verdade ele está saindo da crise. Uma das alternativas do sindicato é dialogar com movimentos sociais, levar à pauta questões como movimento negro para comitês, e daí falar com os mercados financeiros [...] E aí que eu estou dizendo que os sindicatos não estão em crise, mas sim saindo da crise – buscando alternativa – dialogar com os mercados financeiros, dialogando com outros fatores que estão à sua volta, especialmente neste processo. (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas).

Nesse contexto, a elaboração do plano de previdência das centrais (sobretudo a CUT) ilustra o “novo pacto” entre capital e trabalho e a configuração das relações “moralizantes” entre mercado financeiro e alguns segmentos do movimento sindical. Guardando as devidas proporções da tese de Castel (2003), a qual insiste que a proteção social deve ser resultado de um Pacto Social entre capital, mercado e Estado, é possível que de forma específica, o Estado brasileiro esteja liderando um diálogo entre as três esferas, reafirmando a criação de uma “nova solidariedade”, via fundos de pensão. O objetivo do movimento sindical é reencontrar seu lugar social.

Outro consenso entre os entrevistados é a justificativa de crise da previdência social. Nesse argumento, há uma clara negação da previdência social ao lado da sacralização da previdência complementar.

Chega um momento que todos percebem que a previdência social não vai dar conta de complementar, suplementar a renda de quem tem, quem ganha acima de um determinado patamar e aí a previdência complementar passou a ter um impulso muito grande, junto também com a reforma da previdência social, porque um Governo que se preze, ele deve ter como responsabilidade uma cobertura mais ampla possível, faz um corte, porque quem ganha a partir de um patamar, não dá para pensar que o Estado vai ficar bancado o rendimento dessas pessoas [...] renda vitalícia, pensão, passando para os dependentes com valores muito expressivos. (Informante do Banesprev).

A forma como os sindicalistas passam a se relacionar com o mercado financeiro traduz uma significativa mudança de convenção cognitiva junto aos sindicalistas, ou uma reconversão no espaço social, o que significa uma mudança de *habitus*⁴, o que leva necessariamente a um conflito de *habitus* entre os sindicalistas

⁴ Para Bourdieu (2001, p.169) “[...] tais esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem

defensores dos fundos de pensão e os sindicalistas que defendem pautas mais “tradicionais”, tais como condições de trabalho, aumento de salário, etc. Vimos que os entrevistados – historicamente um tanto desconfiados em relação ao mercado –, demonstram conforto ao discorrer sobre os fundos de pensão como alternativa à proteção social, e realmente acreditam nos fundos enquanto provedores de solidariedade, de laços sociais e ainda, como nova bandeira de luta sindical.

Outra forma de pensar a mudança de *habitus* junto aos sindicatos e sindicalistas engajados nos fundos de pensão é a partir de uma rotina de socialização existente no setor de fundos, por meio de cursos, seminários, congressos, lançamento de livros, intercâmbios internacionais, dentre outros. Esses eventos cumprem o papel de socialização e mesmo de ritualização, o que de certa forma ajuda a construir a cooperação entre os atores sociais envolvidos e como consequência, a manter a “ordem social” e estimular a solidariedade no grupo, no sentido de Durkheim (1999).

Finalmente, o argumento mais consensual entre os atores engajados na temática, seja o sindicalista da CUT, da Força sindical ou da CGT, é que o envolvimento com os fundos de pensão e com o mercado financeiro é uma forma de lutar contra a especulação e a financeirização da economia. A construção do argumento passa pela ideia do reformismo via mercado. O “heroísmo” sindical dos anos de 1970 e 1980 é visto como desnecessário no novo contexto, afinal, “se o sindicato não se interessar por fundos de pensão, outro órgão vai fazê-lo. É necessário ocupar este espaço em prol do trabalhador e de sua poupança.” (Informante da Banesprev).

Portanto, fazer uso do próprio capitalismo na luta contra a financeirização e especulação da economia é o novo *ethos* sindical; utilizar os fundos de pensão como inclusão social é o *ethos* de moralização do capitalismo; utilizar os fundos de pensão como dispositivo de aposentadoria é a nova solidariedade.

Sobre a discussão de moralização do capitalismo, via fundos de pensão, é importante esclarecer que, empiricamente, observamos um movimento dos fundos de pensão em direção aos investimentos de caráter sustentável. Concretamente, os fundos investem maciçamente em projetos de construção de hidrelétrica, de rodovias, de portos, de reflorestamento da Amazônia.

Interessados em rendimentos de longo prazo, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, a Hidrelétrica de Jirau, o metrô do Rio de Janeiro e futuros projetos como o trem bala, os fundos de pensão do governo Lula se distanciam do investimento especulativo na bolsa de valores e do retorno

posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das constrições estruturais de que são o produto e que as definem.” Para o autor, o *habitus* está inscrito nos corpos pelas experiências pessoais.

especulativo e imediato. Logo, não são interesses econômicos que explicariam a reconversão dos fundos de pensão em direção aos projetos de infraestrutura, energia, social e ambiente, do governo Lula. Essa explicação estaria em variáveis de cunho sociológicas, tais como a solidariedade dos dirigentes dos fundos de pensão em relação aos projetos do governo Lula, bem como a existência de uma “simbiose cognitiva” e uma convergência de crenças entre os gestores dos fundos de pensão e o governo Lula. Nessa perspectiva, os dirigentes tentem a se influenciar pela pauta desenvolvimentista do governo Lula; dito de outra forma, o Estado classificou a pauta de fundos de pensão e seus investimentos socioambientais como oficiais e legítimos. Isso explicaria o engajamento dos fundos de pensão em projetos de rentabilidade a longo prazo, bem como suas opções por investir em projetos sugeridos pelo governo Lula, em detrimento do retorno imediato propiciados por investimentos na Bolsa de Valores.

Nesse caso, a coerção não aconteceria como em Weber, por meio do uso da violência do Estado, mas preferencialmente como em Bourdieu, onde a coerção passa pelo filtro cognitivo, tornando-se natural (e legítima), quase uma violência simbólica.

É nesse processo de convencimento cognitivo, de solidariedade de crenças entre governo e dirigentes de fundos de pensão, que essa pesquisa define os fundos de pensão como domadores do capitalismo. No seu conjunto, segundo dados da ABRAPP, os fundos de pensão investem mais de 30% de sua carteira em renda variável, ou seja, em investimento produtivo. Lembramos que o investimento em renda variável tende a crescer após a última crise financeira (2008/2009), quando investir nos títulos de dívida pública (renda fixa) tornou-se menos lucrativo do que os investimentos em infraestrutura.

A reconversão dos sindicalistas em direção ao espaço das finanças não se restringe aos postos de gestão dos fundos de pensão. O próximo item mostra outros deslocamentos sociais de sindicalistas e centrais sindicais internamento ao mercado financeiro.

Estratégias sindicais no mercado financeiro: CMN, Bovespa e Clubes de Investimento

Além das estratégias de inserção no mercado financeiro, via política de fundos de pensão, cabe frisar que os sindicatos têm ocupado outros espaços e debatido questões que vão além da sua agenda tradicional, buscando participar ativamente dos destinos do capitalismo e da sociedade brasileira, constituindo-se atores possíveis de uma nova governança.

Como exemplo, no ano de 2005, a direção da CUT buscou inserção no Conselho Monetário Nacional (CMN)⁵ por meio de um projeto que previa o aumento do número de membros no Conselho. A ideia foi levantada pelo então Presidente da FIESP, Paulo Skaf, e teve apoio dos setores sindicais.

O Conselho é composto por três membros, e a CUT pretendeu ampliar esse número para dez, sendo que desses, cinco seriam do Governo e cinco da sociedade, sendo dois representantes dos trabalhadores. Segundo o então Presidente Nacional da CUT, Luiz Marinho, as discussões deveriam avançar. “O que não pode é continuar tendo três membros porque assim qualquer discussão já começa com dois a um.” (OLMOS, 2005)

Entre os objetivos da medida, o sindicalista da CUT apontava “[...] a necessidade de sair da lógica do controle da inflação por meio de juros”. Para Marinho, seria fundamental distribuir o nível de forças entre o sistema financeiro e o produtivo. “No atual modelo, metas da inflação são mais importantes que a produção, embora gente da produção possa colaborar com o controle da inflação.” Por fim, Marinho afirmou que o formato atual do CMN inibe investimentos e crescimento. “O empresariado fica em dúvida para investir no aumento da capacidade produtiva porque tem medo de ser surpreendido”, conclui o então dirigente da CUT (OLMOS, 2005).

Na época, diversos jornais (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, por exemplo), apresentaram matérias de crítica a ampliação do CMN. Argumentaram que seria um erro a presença de sindicalistas e mesmo de empresários no conselho do CMN, já que esse passaria a ficar sujeito a interesses privados.

A ampliação do CMN é um projeto de natureza política que não foi colocado em prática. Mesmo assim, é importante citá-lo nessa pesquisa, uma vez que mostra as possibilidades buscadas pelos sindicalistas e suas formas de luta durante o Governo Lula. Do mesmo modo, a presença do sindicalista no Conselho Administrativo⁶ da Bovespa constitui uma alternativa de diálogo com o mercado financeiro.

No artigo “Parceria para a inclusão”, publicado no jornal *Folha de São Paulo* (28/01/04), o Presidente da Bovespa e o Presidente da CGT escreveram sobre a parceria entre “capital e trabalho”:

⁵ Criado em 1964, pela Lei 4.595, era composto inicialmente por seis representantes do setor privado, nomeados pelo Presidente da República e três do Governo. Com o tempo a situação mudou, e atualmente, a maioria representa o setor público.

⁶ Segundo texto do Presidente da Bovespa e do Presidente da CGT publicado no jornal *Folha de São Paulo* (28/01/04), Conselho Administrativo é o órgão político-estratégico da Bovespa, composto por 19 conselheiros, que se reúnem duas vezes por semana, quando analisam e tomam decisões sobre os temas do mercado de capitais.

A democracia é vitoriosa quando os sindicalistas e as entidades representativas do mercado de capitais juntam um esforço para promover a inclusão social e econômica [...] o objetivo da parceria entre as centrais sindicais e a Bovespa é esclarecer os trabalhadores sobre o mercado de capitais, com palestras e cursos sobre o tema. O que se pretende é a democratização do mercado acionário ou do capital das empresas, permitindo que um número crescente de brasileiros se tornem sócios dessa mesma companhia. (MAGLIANO FILHO; REIS, 2004, p.03).

Sobre a presença de um sindicalista na Bolsa de Valores, o texto citado afirma:

A Bovespa é a primeira Bolsa do mundo a ter um dirigente sindical dos trabalhadores em seu conselho. É uma decisão revolucionária, e que deverá ter impacto positivo e inovador, tanto na Bolsa quanto no meio sindical [...] a presença de um sindicalista simboliza a participação direta dos trabalhadores na Bolsa. É uma demonstração de transparência, que deverá consolidar a Bolsa popular e levar a uma presença ainda mais expressiva dos trabalhadores no mercado de capitais. (MAGLIANO FILHO; REIS, 2004, p.03).

A central Força Sindical também evidencia uma cumplicidade com o mercado financeiro. Essa central tem se direcionado para a criação de Clubes de Investimento junto aos trabalhadores, realizando seminários e palestras dentro das fábricas. Para o Presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, esse tipo de estratégia [clubes de investimentos],

É uma forma de socializarmos o capitalismo. Se o trabalhador fizer parte dele, vai deixar de ver sua companhia como inimiga, pois passará a ser sócio dela. Todo sócio trabalha mais e melhor, pois quer ver sua empresa crescer e ganhar mais com essa expansão. (BOVESTA, 2004, p.22).

Questionado sobre o que pensa da presença de um sindicalista na Bovespa, o informante da Força Sindical, Ricardo Patah, disse compartilhar da estratégia adotada por Salim da CGT, e acrescentou que a FS também tem dialogado com o mercado financeiro:

Nós também participamos da Bolsa, inclusive faço parte do Plano Diretor da Bolsa de Valores e a nossa intenção também é dar uma dinamizada nessa área, inclusive pela lei que trata da participação de lucros e resultados, que muitas empresas não utilizam e nós queremos utilizar com a possibilidade para aplicação

em ações. Uma atividade que vejo com bons olhos é esta, a de construção de uma relação próxima com a BOVESPA. (Informante da Força Sindical).

Sobre o conhecimento do trabalhador a respeito do mercado financeiro, Paulinho, da Força Sindical, afirmou que: “Os trabalhadores não sabiam o que era ação, nem Bolsa, somente com o Presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, que o mercado de ações começou a se popularizar. Agora, os trabalhadores começam a tomar consciência e a considerar o investimento em uma bolsa como uma oportunidade.” (BOVESPA, 2004, p.22).

O Presidente da Força Sindical acrescentou, ainda, que o “Clube de Investimento” permite atrair investidores-trabalhadores, que poderão ganhar dinheiro exatamente como os capitalistas.

O benefício do clube é o valor baixo das aplicações, que poderão ajudar na mudança de cultura de investimentos. Ele também é a abertura definitiva do mercado de capitais para o trabalhador, que poderá ter mais participação dentro das empresas no futuro: ganhos maiores, pois o salário vai se somar ao rendimento acionário e, portanto, a expectativa de viver um futuro melhor e mais digno. (BOVESPA, 2004, p.22).

Segundo dados da Bolsa de Valores, existia, em 2006, 953 Clubes de Investimentos no Brasil, o que traduz a presença crescente da pessoa física no mercado financeiro.

Os exemplos expostos nesse item mostram uma nova postura de parte dos sindicalistas brasileiros, que repensam sua agenda e seu lugar social frente à nova configuração do capitalismo mundial. As contradições e ambiguidades dessa nova postura, bem como os limites de poder (ou não) colocados por essas estratégias têm sido assunto de diversos artigos da autora desse texto.

Considerações finais

O texto argumentou que com as novas estratégias sindicais, que buscam novos interlocutores e novas ações, os sindicatos estão cada vez mais presentes no mercado financeiro. Como se pôde observar, a estratégia de alguns segmentos do movimento sindical é criar e, sobretudo, gerir recursos dos fundos de pensão dos trabalhadores, (re) significando as formas tradicionais de lutas sindicais e a relação capital/trabalho. Do mesmo modo, os fundos de pensão aparecem como alternativa à possível “crise das estratégias e finalidades tradicionais” do setor.

Durante o texto, demonstramos que existe consenso entre os sindicalistas sobre as vantagens da relação sindical com o mercado financeiro e que a relação aponta para uma convergência de interesses entre ambos os atores, levando a uma (re)leitura da relação capital/trabalho. Nesse sentido, o movimento sindical construiu justificativas que são permeadas de valores morais, sociais e políticos para sua inserção no mercado; da mesma forma, (re) significou seu discurso, que, por sua vez, passou a incorporar o discurso de mercado ao seu tradicional discurso social.

Cabe lembrar que para dar legitimidade aos fundos de pensão, os sindicalistas pontuam a incapacidade da previdência social, da mesma forma que passam a afirmar os fundos via capitalização. Assim, o mercado de fundos de pensão é resultado de interações, conflitos e consensos entre diferentes atores (e elites), com diferentes motivações.

A partir dos dados analisados, pode-se sugerir que os sindicalistas ensaiam uma “domesticação do mercado”, no sentido de Polanyi (1980). Este autor toca nessa questão ao afirmar que o Estado age com modos de regulação que estão assentados em lógicas de reciprocidades, e não por imperativos mercantis. A “domesticação do mercado” é reafirmada por Castel (2003), na sua tese de que a proteção social deve ser oriunda da relação dicotômica trabalho/mercado, ou capital/trabalho.

Finalmente, é importante indicar que os fundos de pensão sindicais estão ainda em processo de consolidação, enquanto o fundo de pensão dos funcionários, votado na reforma da previdência de 2003, não foi ainda regulamentado. Por outro lado, assistimos durante o primeiro e o segundo governo Lula uma grande ascensão de sindicalistas na direção dos fundos de pensão de patrocínio público, bem como o interesse desses fundos pela construção de hidrelétricas, concessões de rodovias, construção de portos, reflorestamento de áreas desmatadas da Amazônia, projetos de construção de trem bala, etc. Com uma política que pressupõe o equilíbrio entre a rentabilidade e a sustentabilidade social, os sindicalistas gestores de fundos de pensão ajudam a construir um novo espírito de capitalismo no Brasil, ressignificando o conceito de sindicato e de mercado, numa aliança não somente institucional, mas também (e sobretudo) de crenças e cognitiva entre trabalho, mercado e Estado.

***THE PRESENCE OF CENTRAL TRADE UNIONS AND
UNIONS IN THE FINANCIAL MARKETING: CREATION
AND MANAGEMENT OF PENSION FUNDS***

ABSTRACT: *This article addresses the interest of central trade unions and unions for the creation and management of pension funds in Brazil during the*

Lula government, and points out the reasons and beliefs generated by the union members engaged in this strategy. Our conclusion indicates that until the present time (the end of the Lula government), union funds were not effectively regulated by the government, but union members occupy key positions in the financial market and in managing public pension funds, such as Previ and Petros, directly and indirectly influencing the precise configuration of contemporary capitalism in Brazil.

KEYWORDS: *Pension funds. Union and union leaders. The Lula government. The social economy.*

Referências

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BOVESPA. Clube de Investimento. **Revista Bovespa**. São Paulo, ago. 2004. Cartilha de distribuição gratuita.

CASTEL, R. **L'insécurité sociale: qu'est-ce qu'être protégé?**. Paris: Seuil, 2003.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES [CUT]. Curso de Formação em Previdência Complementar e Regime Próprio, São Paulo, 2002, p.105-106.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONÇALVES, R.; GUSHIKEN, L. Curso de previdência privada. Indaiatuba: Ed. Gushiken e Associados, 2003.

OLIVEIRA, J., TEIXEIRA, M. **(IM) previdência social: 60 anos de história da previdência social**. Petrópolis: Vozes, 1986.

OLMOS, M. **CUT quer CMN amplo para mudar debate sobre juros**. São Paulo: Sindicato Mercosul, 2005. Disponível em: <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=22056>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

MAGLIANO FILHO, R.; REIS, A. C. dos. Parceria para a inclusão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2005. Caderno Dinheiro, p. 3.

Presença de centrais e sindicatos no mercado financeiro: criação e gestão de fundos de pensão

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REIS, A. (Org.). **Fundos de pensão em debate**. Brasília: Ed. Brasília Jurídica, 2002.

Recebido em: 02/10/2010

Aprovado em: 21/12/2010

